

03 de julho de 2019

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



JUSTIÇA DETERMINA QUE A ANM SUSPENDA PEDIDOS DE EXPLORAÇÃO MINERAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AM

Agência Nacional de Mineração deverá atender à determinação judicial em 60 dias, sob pena de multa de diária de R\$ 15 mil por descumprimento

A pedido do Ministério Público Federal (MPF) em ação civil pública, a Justiça Federal determinou à Agência Nacional de Mineração (ANM) que suspenda os requerimentos de exploração mineral em unidades de conservação federais de uso sustentável no Amazonas, quando não houver plano de manejo aprovado que permita a atividade. Conforme a decisão, as medidas devem ser cumpridas em 60 dias, sendo prevista multa diária de R\$ 15 mil, em caso de descumprimento.

A decisão determinou ainda que o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) remeta ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) todo e qualquer requerimento de licenciamento ambiental relacionado a atividades a serem desenvolvidas no interior de unidades de conservação federais, com exceção da modalidade Área de Proteção Ambiental.

Na ação civil pública, o MPF aponta que o Ipaam, vinculado ao governo do Estado, “tem usurpado insistentemente a competência administrativa” de conceder licenças ambientais para atividade mineradora em unidades de conservação federais – atribuição do Ibama.

Após a decisão judicial, o MPF adicionou ao processo pareceres técnicos com a finalidade de complementar dados já apresentados durante audiência de conciliação com as partes envolvidas no processo e apresentar evidências de que os "riscos associados ao potencial mineral nas unidades de conservação federais ocorrem em todas as unidades da federação".

O MPF ainda apresentou manifestação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) contra a decisão proferida pela Justiça Federal no Amazonas, com o objetivo de ampliar a abrangência da decisão para as unidades de conservação federais localizadas em outros estados brasileiros.

A ação segue tramitando na 7ª Vara Federal do Amazonas, sob o número 1003646-43.2017.4.01.3200.

Processos irregulares no AM – O MPF sustenta que a ANM, antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), tem deixado de decidir processos administrativos relativos à autorização para lavra de minérios com incidência parcial ou total sobre duas unidades de conservação de proteção integral, e ainda tem permitido as atividades em três unidades de conservação de uso sustentável sem aprovação do plano de manejo para as referidas áreas. As condutas identificadas violam princípios constitucionais, normas ambientais e convenções internacionais assinadas pelo Brasil.

A apuração do MPF identificou 250 pedidos de pesquisa e lavra de minérios protocolados na autarquia, com incidência e sobreposição em cinco unidades de conservação federal, somente no Sul do Amazonas, que totalizam 2,7 milhões de hectares de áreas protegidas na região do “Arco do Desmatamento”, onde há frentes de expansão de atividades madeireira, pecuária e agrícola.

“Esta conduta tem permitido que os interessados na exploração de espaços inseridos em unidades de conservação criem uma 'fila' com direito de preferência na área, oportunizando, com isso, a proliferação de lobby e pressão política e econômica para que a exploração minerária seja 'legalizada' em áreas especialmente protegidas, ainda que isso importe na drástica redução/extinção de unidades de conservação”, ressalta trecho da ação.

Reestruturação das unidades de conservação – O Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas também ajuizou ação civil pública para que o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a União promovam medidas concretas para a efetiva proteção de 17 unidades de conservação federais localizadas no Amazonas. O processo é um dos resultados de uma ação coordenada intitulada "MPF em defesa das unidades de conservação", que identificou a falta de estruturação e de investimentos em recursos humanos e materiais nas unidades de conservação federais no Estado.

A ação ajuizada pelo MPF levou em conta fatores presentes no estudo feito pela organização não-governamental Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) sobre as unidades de conservação mais desmatadas da Amazônia Legal entre os anos de 2012 e 2015. Segundo o estudo, as 50 unidades mais desmatadas estão em área de expansão da fronteira agropecuária e sob influência de projetos de infraestrutura como rodovias, hidrovias, portos e hidrelétricas.

Para o procurador da República Leonardo de Faria Galiano, está plenamente comprovada a omissão do órgão gestor das unidades de conservação federais. “A ausência de recursos advindos do governo federal para a proteção dessas áreas tem causado, desde já, danos concretos ao meio ambiente, em especial nas unidades de proteção integral, bem como às populações tradicionais residentes nas áreas de uso sustentável, que foram criadas, mas não implementadas nem consolidadas como áreas protegidas efetivas”, ressalta em trecho da ação.

Outra ação civil pública em trâmite na Justiça Federal, ajuizada em 2016 pelo MPF, trata da mesma temática, mas está relacionada às 11 demais unidades de conservação federais do estado, criadas ao longo do traçado da BR-319 (Manaus - Porto Velho), para fazer frente ao processo de expansão decorrente da implantação da rodovia. Na ação, o MPF aponta omissão por parte do ICMBio na implementação efetiva das referidas unidades.

Fonte: Ministério Público Federal

Data: 19/06/2019



YAMANA GOLD AUMENTA META DE PRODUÇÃO DE OURO NA BAHIA

A Yamana Gold anunciou um aumento na faixa de meta de três anos para sua mina Jacobina, na Bahia, e uma atualização em seu plano de duas fases para aumentar a produção. O objetivo, segundo comunidade divulgada na quinta-feira (27), é aumentar a vida útil da mina

De acordo com a Yamana, meta de produção de 2019 passou de 145 mil onças para 152 mil onças de ouro. O aumento na produção é atribuído à implementação da fase 1 de expansão, que está em andamento.

A meta para 2020 e 2021 é de 160 mil e de 170 mil onças, respectivamente. No ano passado, Jacobina produziu 144,6 mil onças de ouro. No comunicado, a empresa afirmou que está um ano adiantada na atualização da faixa de meta e prevê a produção de mais de 170.000 onças por ano após 2021, o que representa aumento de 21% em relação à faixa de meta inicial de 154 mil onças por ano.

A meta para o custo total de vendas para 2019 é de US\$ 1.005 por onça equivalente de ouro, contra US\$ 967. Já o custo desembolsável passou de US\$ 675 (2018) para US\$ 700 (2019), enquanto a meta do custo operacional total (AISC, na sigla em inglês) foi reduzido de US\$ 891 no ano passado para US\$ 890 em 2019.

A fase 1, segundo a Yamana, envolve uma otimização da planta para aumentar o rendimento para um nível sustentável de 6,5 mil toneladas por dia (tpd) até meados de 2020. Esta otimização está adiantada, com uma produção média de 6.182 tpd no trimestre. Foi o que permitiu à empresa elevar sua faixa de meta. Isso se compara ao rendimento médio diário de 5.580 tpd registrado em 2018.

A expansão da planta prevista na fase 2, de acordo com a empresa, deverá resultar em novo aumento na capacidade, com expectativa de que a faixa de meta atinja de 7,5 mil a 8,5 mil tpd, com recuperações de ouro entre 96% e 97%. O maior rendimento aumentaria gradualmente a produção de ouro de Jacobina para entre 200 mil e 225 mil onças por ano até 2023, com base nos atuais níveis de reservas minerais.

"A [mina] Jacobina melhorou significativamente nos últimos anos em todas as métricas, e agora é uma das nossas operações de maior qualidade e alto valor", disse Daniel Racine, presidente e CEO da Yamana. "Acreditamos que está prestes a se tornar uma mina de classe mundial, especialmente quando for tomada a decisão de prosseguir com a expansão da Fase 2, dada a forte produção e crescimento da produção", acrescentou.

A expansão planejada em Jacobina é a continuação de melhorias implementadas nos últimos quatro anos, durante os quais a produção de ouro aumentou de 75 mil onças em 2014 para as 145 mil onças registradas em 2018.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 28/06/2019

CÂMARA APROVA PROPOSTA PARA AMPLIAR SEGURANÇA EM BARRAGENS DE REJEITOS

Texto fixa o prazo de três anos para mineradoras fecharem barragens construídas pelo método de alteamento a montante, como a que estourou em Brumadinho (MG). Matéria segue para análise do Senado

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (25), o Projeto de Lei 2791/19, que muda várias normas da Política Nacional de Barragens (Lei 12.334/10) e do Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67) para tornar mais seguros os empreendimentos de mineração, aumentar multas, especificar obrigações dos empreendedores e proibir o tipo de barragem que ocasionou o desastre de Brumadinho (MG). A matéria será enviada ao Senado.

De acordo com a proposta, de autoria dos deputados da comissão externa de Brumadinho, capitaneados pelo primeiro signatário, deputado Zé Silva (Solidariedade-MG), as atuais mineradoras terão o prazo de três anos para descomissionar as barragens a montante, como aquela da Vale que estourou no município mineiro em janeiro deste ano.

Esse método consiste em construir diques de contenção para o rejeito depositado que vão crescendo de tamanho pela construção de patamares mais altos apoiados no próprio sedimento anteriormente depositado, que se considera solidificado.

O prazo de três anos poderá ser prorrogado em decisão conjunta da autoridade licenciadora e da entidade outorgante de direitos minerários se o método indicado for inviável de se executar nesse tempo.

O empreendedor deverá retirar todo o material depositado no reservatório e na própria estrutura, sendo a área destinada a outra finalidade.

A proposta foi relatada em Plenário pelo deputado Padre João (PT-MG), que lamentou uma das mudanças acertadas em acordo com o governo e outros partidos para viabilizar a votação.

Essa alteração tornou facultativa a exigência, pelo órgão licenciador ambiental, de um seguro ou garantia real do empreendedor para a instalação de barragens de mineração ou de acumulação de água. O texto original dizia que o órgão deveria exigir a garantia. “Isso custará caro porque essa é uma forma de evitar acidentes”, disse.

Autossalvamento

O texto define o que é uma zona de autossalvamento (ZAS), caracterizada como aquela abaixo topograficamente da barragem na qual não haja tempo suficiente para intervenção da autoridade competente em situação de emergência.

Nesse sentido, o projeto também proíbe a implantação de barragem de mineração em cujos estudos de cenários de ruptura seja identificada uma comunidade nessa zona.

Para aquelas localidades em que exista barragem em instalação ou em operação, o empreendedor deve fazer a remoção de estruturas, o reassentamento de comunidades e o resgate do patrimônio cultural dessa área.

O município deverá adotar as medidas necessárias para impedir o parcelamento, o uso e a ocupação do solo urbano na ZAS, sob pena de caracterização de improbidade administrativa.

Auditores

Para melhorar a confiabilidade do serviço de auditoria independente, a proposta determina que os órgãos fiscalizadores de segurança de barragem devem criar um sistema de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas habilitadas a atestar a segurança de barragens, incluindo certificação, na forma de um regulamento.

O empreendedor, pessoa física ou jurídica, deverá contratar os serviços de auditoria entre os credenciados e substituir a empresa no prazo máximo de três anos.

Já o laudo técnico sobre as causas do rompimento de barragem deverá ser realizado por peritos independentes sob a coordenação do órgão fiscalizador e pagos pelo empreendedor.

Caducidade

Além de alterar todo um capítulo sobre as penalidades aplicáveis às mineradoras, o PL 2791/19 altera o Código de Mineração para prever a perda da concessão de lavra de mineração quando ocorrer “significativa degradação do meio ambiente ou dos recursos hídricos”, bem como danos ao patrimônio de pessoas ou comunidades em razão do vazamento ou rompimento de barragem de mineração.

De igual forma, o contrato de concessão da lavra deverá conter todas as obrigações do código, incluindo o compromisso do titular de recuperar o ambiente degradado e a responsabilidade por reparações civis no caso de danos a terceiros decorrentes das atividades de mineração em sua área de concessão. A assinatura desse contrato de concessão é requisito essencial para a outorga de lavra e para a obtenção da respectiva licença ambiental de operação.

Se ele fizer a lavra, o beneficiamento ou o armazenamento de minérios ou de rejeitos em desacordo com o contrato de concessão, resultando em “graves danos à vida das pessoas ou ao meio ambiente” o contrato deverá ser extinto e instaurado processo de caducidade do título minerário.

Penalidades

As penalidades especificadas no Código de Mineração vão desde advertência e multas simples e diária até embargo, suspensão parcial, apreensão de minérios e caducidade do título.

Elas serão impostas segundo a gravidade da infração, os antecedentes do infrator e a sua situação econômica. A exemplo das mudanças feitas pelo PL 2787/19, as multas passam a ser de R\$ 2 mil a R\$ 1 bilhão.

A critério da autoridade competente, a multa simples poderá ser convertida em serviços socioambientais na bacia hidrográfica onde o empreendimento se localiza.

Os valores arrecadados com o pagamento de multas por infração administrativa à Política Nacional de Segurança de Barragens deverão ser revertidos para melhoria das ações dos órgãos fiscalizadores e das autoridades licenciadoras do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

Fonte: Agência Câmara

Autor: Eduardo Piovesan

Data: 26/06/2019

PROJETO DE REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA GERA BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Iniciativa foi idealizada por colaborador da Imerys e proporcionou economia equivalente a 37 caixas d'água de mil litros, por hora

Aliar inovação e sustentabilidade é uma prática contínua na Imerys, mineradora de caulim que opera a maior planta de beneficiamento de caulim do mundo, no Pará. Em suas operações, a empresa desenvolve programas de melhoria industrial que buscam reduzir ao máximo o desperdício de água, reaproveitando mais de 80% na produção. Um bom exemplo desta otimização é o projeto “Recuperação da água de condensação”, que gerou uma economia para a empresa equivalente a 37 caixas d'água de mil litros, por hora, além de benefícios para o ambiente. A iniciativa foi premiada no Desafio do Desenvolvimento Sustentável do Grupo Imerys na categoria “Eficiência de Recursos Não Energéticos”, concorrendo com projetos de outras 269 unidades industriais da mineradora, no mundo.

Assis Melo, supervisor da Manutenção da Imerys e idealizador do projeto, sente orgulho de ter trazido a premiação para o Estado e diz que o incentivo da empresa aos seus colaboradores para elaboração de projetos de melhorias nos processos é essencial para se conquistar, a cada dia, a excelência operacional sempre com respeito ao meio ambiente. “Durante o processo de evaporação no porto da empresa, em Barcarena, identificamos que um grande volume de água era descartado para as bacias de rejeito, gerando custos com o tratamento dessa água. Com o projeto conseguimos reaproveitar a água oriunda dessa evaporação, possibilitando a redução de descarte desse recurso, considerado de boa qualidade”, explica.

Há 16 anos na Imerys, Assis ressalta que o projeto reflete a preocupação da empresa com um recurso vital para a humanidade, que é água. “Temos de forma muito clara que a água é fundamental para a sobrevivência das espécies, sendo indispensável a conscientização de todos para evitar grandes impactos para as futuras gerações”, analisa.

E não é só na empresa que as boas práticas sustentáveis devem ser exercitadas. Para ele, o cuidado deve começar em casa, com pequenas atitudes, como reutilizar água para jardinagem e lavagem de veículos e banheiros. “Moramos em uma região abençoada com muita chuva, onde podemos desenvolver pequenos projetos familiares para reutilização dessa água. Quanto mais reaproveitarmos esse recurso, maior será nossa contribuição com o meio ambiente”, sugere.

Fonte: Portal da Mineração

Data: 27/06/2019

ANGLOGOLD ASHANTI INVESTE US\$120 MILHÕES NO BRASIL

AngloGold Ashanti vai investir este ano US\$ 120 milhões na ampliação de suas reservas de ouro no Brasil. A maior parte dos recursos serão aplicados em sua maior mina no país, a Mina de Cuiabá, em Sabará (MG), que está em fase de estudos para acessar novos níveis de exploração. Segundo o presidente da companhia, Camilo Lelis Farace, a ideia é chegar a 2,5 mil metros de profundidade até 2028. Hoje, a extração é feita a 1,3 mil metros.

"Esses recursos são usados, basicamente, nos estudos para aprofundar cada vez mais a exploração. Para se ter uma ideia, em um furo de sondagem profunda se gasta US\$ 1 milhão. A mina de Cuiabá vai passar por obras de infraestrutura para acessar os novos níveis da cava. Chegando ao nível 32 (2,5 mil metros), a vida útil da mina aumenta substancialmente", disse ao Valor Farace.

Hoje, Cuiabá é responsável por 55% da produção da AngloGold Ashanti no Brasil. No ano passado, a companhia extraiu 494 mil onças, ou 15 toneladas de ouro, nas minas no Brasil. O volume foi 11% menor que o apurado em 2017, quando se produziu 555,8 mil onças. "Para este ano, a expectativa é um aumento de 5% a 8% na nossa produção. Nossa previsão é que cheguemos aos níveis de 2017."

A AngloGold Ashanti, além do complexo de Cuiabá, mantém em Minas operações na cidade de Santa Bárbara - a unidade Córrego do Sítio, onde funcionam uma planta metalúrgica e duas minas (uma a céu aberto e outra subterrânea). No ano passado, essa unidade produziu 114,9 mil onças. Todo o volume extraído nas duas operações é direcionado para a unidade de fundição da empresa, localizada em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O terceiro complexo produtivo da companhia no país está na cidade de Crixás, em Goiás, chamado Mina Serra Grande. Na unidade, existe uma mina subterrânea e uma planta metalúrgica. Em 2018, foram produzidas 129,46 mil onças nesse local.

Farace disse que além dos recursos para aumentar as reservas no Brasil, a companhia está investindo em automação e conectividade em suas minas subterrâneas operadas por aqui. Neste serão aplicados R\$ 16 milhões para automatizar os equipamentos, como carregadeiras, usados na operação. "Conseguimos aumentar a produtividade nas minas. São sistemas para transformar os equipamentos em autônomos. Eles serão operados remotamente. Até o final do ano que vem todo a operação no país terá equipamentos conectados e automatizados", disse Farace.

Segundo o executivo, o Brasil é o segundo dentro da AngloGold Ashanti a contar com essas tecnologias na operação de minas subterrâneas. "A Austrália também tem projetos desse tipo. Isso aumenta e muito a segurança e produtividade das minas." Atualmente, a companhia empresa 7 mil funcionários no país.

De acordo com a empresa, desde março de 2018, a companhia conta com quarto turno de trabalho. Isso significa que o tempo efetivo de operações no subsolo passou de 17h15 para 20h20 diárias, considerando todos os turnos de trabalho. Esse aumento de quase três horas diárias melhorou a capacidade produtiva e possibilitou a contratação de mais de 100 funcionários, segundo o executivo.

Fonte: Valor

Autores: Ana Paula Machado e Ivo Ribeiro

Data: 28/06/2019



DANO COLATERAL

Escrevo este texto no início de junho, em um momento sensível para o setor de mineração no Brasil. É absolutamente compreensível que depois das tragédias de Mariana e de Brumadinho, ambas provocadas pelo rompimento de barragens de rejeitos, a mineração brasileira tenha se tornado a 'Geni' da famosa canção de Chico Buarque, espécie de praga a ser execrada e banida para sempre da vida nacional.

Boa parte dos brasileiros enxerga hoje, de forma equivocada, a mineração como uma atividade irresponsável, predatória, dispensável. Ecoando esse sentimento, existem atualmente no Parlamento

Nacional dezenas (sim, dezenas) de Projetos de Lei (PLs) tratando de mineração. Em comum, numa mistura de pressa em dar uma resposta à sociedade e desconhecimento da matéria, conferem o mesmo tratamento a coisas distintas e, caso aprovados, podem pôr a perder uma atividade fundamental para o desenvolvimento do País.

É ponto pacífico que algo precisa ser feito para garantir uma gestão segura das barragens de rejeitos. A fim de atender a essa demanda, alguns dos PLs apresentados no Congresso procuram dar meios ao poder público para realizar de forma eficaz esse controle, que me parece a maior prioridade no momento. Por outro lado, boa parte dos projetos traz propostas que em nada melhoram as questões de segurança e, caso venham a ser transformados em lei, farão subir às nuvens os custos das operações, inviabilizando-as.

Cito dois exemplos: a ideia de se instituir um seguro contra o rompimento de barragens e a volta da tributação sobre o mineral exportado (abolindo a conhecida Lei Kandir). Tratam-se de medidas despropositadas e arrecadatórias. O que devemos discutir e estabelecer são padrões de segurança, responsabilidades e fiscalização eficiente, para que incidentes com barragens não voltem a acontecer.

Acima de tudo, é preciso esclarecer que não existe “a mineração”, mas “minerações”. Cada uma tem as suas características, necessidades e impactos, que precisam ser colocados na balança na hora em que se pretende aperfeiçoar a legislação do setor. A mineração da bauxita, por exemplo, tem especificidades distintas das demais cadeias minerais metálicas. A maior parte da sua produção, 75%, é industrializada aqui mesmo, gerando empregos e tributos ao País. Seus padrões de sustentabilidade estão em linha com o que há de mais avançado no mundo. Suas empresas são referência em reabilitação de áreas mineradas e em boas práticas de sustentabilidade. Ou seja, a mineração da bauxita no Brasil é social e ambientalmente responsável.

Mesmo assim, se encontra sob intensa pressão, como o resto de toda a cadeia produtiva do alumínio. A precária infraestrutura do País, os altos custos logísticos, a insegurança jurídica provocada pelo cipoal regulatório, o custo proibitivo da energia, entre outros fatores, vêm minando a competitividade da indústria nacional. O Brasil já foi exportador de alumínio e dos seus produtos, mas desde 2014 se tornou um importador líquido. Saímos de uma produção de 1.7 milhões de toneladas/ano de alumínio primário para menos de 700 mil toneladas/ano registradas em 2018.

Esse mesmo fenômeno pode ser repetir com a bauxita. Temos a terceira maior reserva mundial, mas, diferentemente do que acontece com minério de ferro, o mundo (inclusive a China) tem outras alternativas de igual ou melhor qualidade do que a bauxita brasileira. Os maiores investimentos na atividade se concentram em países como Austrália, Guiné e em nações do Sudeste Asiático. No Brasil, os custos relacionados à cadeia da bauxita são maiores do que os dos países concorrentes.

Uma eventual elevação tributária ou medidas ainda mais restritivas à mineração indistintamente podem solapar a estrutura de custos das nossas lavras, levando à paralisação da sua produção. A mineração de bauxita terá, então, se transformado no dano colateral de uma guerra em que todos perdem. É isso mesmo o que nós queremos para o País?

Milton Rego é Engenheiro mecânico, economista e bacharel em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Gestão pela Fundação Dom Cabral, desde 2014 é o presidente-executivo da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL)

Fonte: Revista Mineração e Sustentabilidade

Autor: Milton Rego

Data: 18/06/2019



EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MINÉRIO DE FERRO SE RECUPERA EM 2021

As exportações brasileiras de minério de ferro somente vão se recuperar dentro de dois anos, diz a publicação "Resources and Energy Quarterly" do Departamento de Indústria, Inovação e Ciência da Austrália, que atribui o retrocesso ao desastre de Brumadinho e suas consequências. A previsão para 2021 é que o país exporte 403 milhões de toneladas

As estimativas para 2019 e 2020 são de, respectivamente, 370 milhões e 388 milhões de toneladas de minério de ferro. Em 2018, foram enviadas ao exterior 390 milhões de toneladas. A Austrália também vai exportar menos neste ano, o que marca a primeira queda na exportação de minério em 18 anos.

"A oferta global de minério de ferro no mar deverá declinar em 4,1%, para cerca de 1.530 milhões de toneladas em 2019, impulsionada por eventos decorrentes do colapso da barragem da Vale no Brasil no fim de janeiro", afirma a publicação.

De acordo com o relatório, a produção da Vale deve se recuperar gradualmente nos próximos três anos, seguindo em direção à meta de 400 milhões de toneladas estabelecida antes do colapso da barragem de rejeitos de Brumadinho. Enquanto isso, a oferta de minério de ferro de alto teor (65% Fe) será limitada, apenas melhorando com a expansão do projeto S11D da Vale no complexo de Carajás e o reinício de suas operações de Brucutu, que ocorreu há duas semanas.

A recuperação total da produção da Vale depende de 60 milhões de toneladas de produção associada ao uso de barragens de rejeitos. "Deste volume, espera-se que 30 milhões de toneladas entrem em operação caso a Vale consiga converter essas minas com sucesso de processamento úmido - que depende da água para remover impurezas do minério bruto - para processamento a seco, que não requer a uso de barragens de rejeitos", diz o texto do departamento australiano.

Segundo o documento, "a Vale também precisará provar às autoridades governamentais que o uso de explosivos não afetará a estabilidade das barragens de rejeitos (caso contrário, é improvável que recebam permissão para reiniciar)."

As outras 30 milhões de toneladas envolvem operações que devem continuar usando processamento a úmido e barragens de rejeitos. O reinício do processamento por via úmida, que deve durar de dois a três anos, exige que a Vale comprove às autoridades que as barragens de rejeitos são seguras para operar e, em alguns casos, inclui várias medidas para fortalecer as estruturas existentes.

O projeto Minas-Rio, da Anglo American, continua em ritmo para chegar à capacidade de 26 milhões de toneladas por ano, produzindo 4,9 milhões de toneladas de minério de ferro de alto teor no trimestre encerrado em março de 2019.

A mina da Samarco, fechada desde o rompimento de uma barragem de rejeitos em novembro de 2015, pode voltar à produção em 2020. Essa produção aumentaria gradualmente até a capacidade nominal de 32 milhões de toneladas, diz o relatório.

Segundo a publicação, as importações de minério de ferro da China caíram 4,9% na comparação anual nos cinco meses até maio, para 425 milhões de toneladas, apesar da produção recorde de aço.

"O declínio nas importações de minério de ferro da China, que responde por cerca de 70% do mercado transoceânico, reflete tanto as interrupções na oferta do Brasil e, em menor grau, da Austrália,

mas também a maior produção doméstica de minério de ferro e o aumento do uso de sucata, que está deslocando algum uso de minério de ferro", diz o relatório.

As importações de minério de ferro da China atingiram 1,075 bilhão de toneladas em 2017, e prevê-se que caiam para 1,029 bilhão de toneladas em 2021, devido ao declínio esperado na produção de aço e aumento no uso de sucata.

[Clique aqui para ler o relatório na íntegra, em inglês.](#)

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 02/07/2019



BRASIL EXTRAI 406 TONELADAS DE OURO EM 5 ANOS E MOVIMENTA CERCA DE R\$ 70 BILHÕES

O Brasil é historicamente um grande produtor de ouro, nos últimos cinco anos foram minerados 406 toneladas do metal precioso, segundo dados da ANM (Agência Nacional de Mineração) levantados a pedido do R7. Significa que o país produz, em média, 81,2 toneladas por ano.

A quantidade é equivalente para que cada um dos 209 milhões de habitantes brasileiros tivesse 2 gramas de ouro no bolso. Cada grama do ouro foi cotado na última segunda-feira a R\$174,56, somando mais de R\$ 70 bilhões. Na média, a extração de ouro no país movimenta R\$ 14,2 bilhões por ano no Brasil.

A maior parte deste ouro sai das montanhas de Minas Gerais, de onde é retirado mais de 60% do metal precioso no Brasil. O estado é seguido por Goiás e Bahia.

Ainda segundo dados da ANM, duas empresas concentram 51% da extração de ouro no Brasil. A principal é a canadense Kinross e a outra é a sul-africana AngloGold. Os pequenos garimpos, por sua vez, correspondem a cerca de 10% da produção no país.

Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), grande parte deste ouro é exportado. Os principais mercados são a Alemanha, que comprou em 2018 cerca de 20% do ouro minerado no país, seguida pelo Reino Unido e Suíça.

Apesar dos números expressivos, o potencial de extração de ouro brasileiro ainda é desconhecido. "São necessário investimentos para que o país conheça melhor seus recursos geológicos e melhore a segurança jurídica para quem for fazer a exploração", disse Wilson Brumer, presidente do Conselho Diretor do Ibram.

Mercado ilegal

Apesar dos números de extração de ouro no país serem impressionantes, há ainda o mercado ilegal, tanto de extração como de comércio do metal precioso.

Não há dados atualizados precisos sobre este comércio, mas, recentemente, por exemplo, a Polícia Federal e a Receita chegaram a apreender mais de R\$ 146 milhões com pessoas ligados a um esquema de extração e comércio ilegal do mineral para lavagem de dinheiro.

"A extração ilegal tem uma série de riscos, que vão desde as condições insalubres e os riscos ao meio ambiente, chegando até o destino deste ouro", afirma Brumer, que ressalta que o país ainda precisa aperfeiçoar muito o combate ao garimpo ilegal.

No começo de junho, um avião com mais de 100 kg de ouro foi apreendido em Goiás, com uma carga avaliada em mais de R\$ 18 milhões e sem nenhum registro de procedência.

Segundo a Polícia Federal, quem extrai ouro sem a devida autorização da União pode ser indiciado por usurpação de matéria-prima, pois, mesmo que você extraia o ouro em uma propriedade privada, é necessário uma autorização do governo para que o mineral possa ser retirado e vendido.

Destinação

Apesar de parecer óbvio, boa parte desse ouro não vira joias ou lingotes. Atualmente, o ouro é utilizado principalmente em componentes eletrônicos, tais como celulares e computadores, além de outros setores como o hospitalar, odontológico e da construção civil.

De acordo com um estudo da União Europeia, cada aparelho de celular possui cerca de 26 miligramas de ouro, sendo que um computador ou um notebook podem chegar a ter até 1 grama de ouro em seus componentes.

Fonte: Gazeta Digital

Data: 29/06/2019



USINA DE URÂNIO SERÁ RETOMADA NO CEARÁ, DIZ SECRETÁRIO DE MINAS E ENERGIA

Com licenciamento ambiental negado, a usina é um dos empreendimentos na pauta do Governo Federal

Barrada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) no início deste ano, a usina de urânio de Itatiaia, em Santa Quitéria, no Noroeste cearense, iniciará as atividades em 2026. A afirmação é do secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Reive Barros. Na Capital para a 28ª edição do Café com Energia, ele também anunciou investimentos da iniciativa privada para o setor da ordem de R\$ 400 bilhões até 2027. O evento ocorreu na sede da Federação das Indústrias do Estado (Fiec).

O objetivo é destravar as obras da usina Nuclear Angra 3, no Rio de Janeiro, no próximo ano, e colocá-la em operação já em 2023. Com isso, será necessária a produção de matéria-prima. "Será retomada a do Ceará e da Bahia. Com a Angra 3, vamos precisar desse urânio", explicou.

Durante palestra, Reive afirmou que vislumbra as instalações de "usinas de energia nuclear de três em três anos" no Brasil. Questionado sobre os detalhes, afirmou que isso ainda será anunciado no plano nacional do setor, em dezembro próximo.

Acrescentou que a realidade atual não é a mesma de quando ocorreu o acidente nuclear de Chernobil, na Ucrânia em 1986. Segundo ele, atualmente, há tecnologia e segurança nesses modelos de equipamento. Ponderou, no entanto, que exemplos como esses devem ser discutidos para que não se repitam.

Para o vice-presidente da Câmara Temática de Energias Renováveis e consultor da Fiec, Jurandir Picanço, "o projeto assume uma importância pelo planejamento geral que mantém a expansão da energia nuclear, e, num determinado momento, terá que haver a produção".

A usina de Santa Quitéria previa investimentos de R\$ 850 milhões via consórcio entre as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e o Grupo Galvani. À época, a INB estimou arrecadação tributária estadual com o negócio de R\$ 92,6 milhões com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS).

Mas, para retomá-lo, o Governo terá que apresentar um novo projeto. Isso porque o empreendimento é considerado de risco em razão dos impactos socioambientais que pode provocar na região. Ocorre que seria necessária a construção de uma barragem para descartar os rejeitos. Conforme reportagem publicada em fevereiro deste ano no O POVO, após a tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais, o Ibama negou licenciamento da usina.

Para Talita Furtado Montezuma, do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde da Universidade Federal do Ceará (Tramas-UFC), a situação é preocupante. "Após mais de uma década de projeto, comprou-se a ausência de viabilidade ambiental do projeto", aponta. "Diante do atual contexto, em que se retirou o superintendente do Ibama, isso enfraqueceu o órgão e retirou a autonomia. A gente fica preocupada", complementa.

O QUE PREVÊ O PROJETO DA MINA



Santa Quitéria
Boa Viagem

Prevê a mineração e o beneficiamento de reservas lavráveis de colofanito (minério de fosfato associado ao urânio) existente na mina de Itaita, em Santa Quitéria.

A previsão é que sejam produzidas, anualmente, 1.600 toneladas de concentrado de urânio e 1.050.000 toneladas de derivados fosfatados.

É orçado em cerca de R\$ 870 milhões, terá vida útil de 20 anos e instalará o Complexo Nuclear (Unidade de Urânio); o Complexo Minerário-Industrial (Unidade de Fosfato); e a pilha de estéril (depósito de resíduos da produção de concentrado de urânio).

A projeção é que os rejeitos de urânio alcançarão 90 metros de altura e terão 29.533.272 metros cúbicos de volume total.

Os rejeitos de fosfogesso (depósito de resíduos da produção de ácido fosfórico) alcançarão 70 metros de altura e terá 24.960.000 toneladas de material).

- 1 Será construída uma barragem de rejeitos** e um sistema de carga, descarga, transporte, transferência e estocagem.
- 2 Serão criadas centrais de utilidades**, insumos e sistemas auxiliares; sistemas de tratamento de água e fornecimento de energia e unidades administrativas e de apoio.
- 3 As pilhas e a barragem de rejeitos radioativos**, após os 20 anos de uso do Consórcio Santa Quitéria, permanecerão na região.
- 4 Uma das preocupações de moradores de Santa Quitéria** e municípios do entorno é que a barragem contamine o açude Quixaba com material radioativo.
- 5 Além do processo de produção de concentrado de urânio**, o Projeto Santa Quitéria produzirá também mono amônio fosfato – destinado a fertilizantes – e fosfato bicálcico – destinado à nutrição animal.

LINHA DO TEMPO

1976 Pesquisadores da Empresas Nucleares Brasileiras S/A (Nuclebrás) descobriram uma jazida de urânio e fosfato situada entre Santa Quitéria e Itaitira, no Ceará.

1990 A Nuclebrás, hoje representada pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), fez ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) um novo pedido de pesquisa mineral a fim de começar a produzir.
A partir daí, iniciou-se o

processo de licenciamento ambiental necessário à avaliação da viabilidade do empreendimento.

2004 A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Semace) deu uma Licença Ambiental Prévia (1413/04) e Licença para Instalação (2164/04), que autorizaram a atividade de extração de urânio e ácido fosfórico para o Complexo Industrial de Santa Quitéria.

2005 A Ação Civil Pública 2005.81.00.013905-6,

proposta pelo Ministério Público Federal, invalidou as licenças da Semace. O Ibama (a Justiça aceitou os argumentos do MPF) deveria avaliar pois a exploração do urânio representa interesse da União (Lei 6.938-1981 e 237-1997/Conama).

2011 O Consórcio Santa Quitéria, formado pela INB e Galvani Indústria, Comércio e Serviço S.A, iniciou um novo processo de licenciamento ambiental, agora, no Ibama.

2013 O Núcleo Tramas-UFC e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) elaboraram um Painel Acadêmico-Popular para analisar os impactos do Projeto Santa Quitéria.

2014 Em junho, a Associação dos Moradores de Morrinhos (assentamento rural que fica a cerca de 4km da mina), a Cáritas Diocesana de Sobral, o Diretório Central dos Estudantes da UFC e 56 cidadãos de Fortaleza pediram outro EIA-Rima. Também pediram audiências públicas em Santa Quitéria, Itaitira, Canindé, Madalena, Sobral, Fortaleza e nas comunidades de Morrinhos, Queimadas, Alegre-Tatajuba, Riacho das Pedras, Lagoa do Mato e Saco do Belém (as mais próximas à Mina).

2014 Em abril, o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-Rima) são entregues pelo Consórcio ao Ibama.

2014 O Ibama informou que o EIA-Rima se encontrava em fase inicial de análise e determinou três audiências públicas.

2019 A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) informou ao **O POVO** que o Consórcio Santa Quitéria, até hoje, não havia enviado documentação suficiente para liberação de funcionamento.

* O processo no Ibama/Brasília é o 02001.005454/2004-24

Fonte: EIA-Rima, Representação feita ao Ministério Público Federal

Fonte: O Povo

Autora: Bruna Damasceno

Data: 29/06/2019

PROJETO BORBOREMA DÁ MAIS UM PASSO PARA INVESTIMENTOS NO SERIDÓ

O Governo do Estado recebeu os diretores da Cascar Brasil Mineração para discutir o plano de investimento da empresa para extração de ouro em Currais Novos, denominado Projeto Borborema. O grupo de origem australiana estima iniciar as operações até o final de 2020, após ter recebido dia 22 de abril deste ano a licença de instalação emitida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema).

A governadora Fátima Bezerra dialogou diretamente com o diretor presidente da Cascar, o australiano Andrew Roberts, sobre os investimentos da empresa, que giram em torno de R\$ 200 milhões apenas na fase inicial, e a perspectiva de geração de 200 a 300 empregos diretos na 1ª fase do empreendimento, além de outros 1500 empregos indiretos.

“A agilidade do Idema em conceder a licença de instalação proporcionará a gerar de empregos dignos para a população do Rio Grande do Norte, ainda mais importante por ser no interior do estado e à luz da tradição de mineração do Seridó. Nossa política de governo é desconcentrar a geração de empregos e o projeto Borborema conecta-se diretamente. O Governo do Estado está aqui para ser parceiro dos empreendedores, com diálogo e transparência, dando segurança jurídica e patrimonial”, destacou a governadora.

De acordo com o diretor presidente da Cascar Brasil, o projeto que vai recolocar Currais Novos no mapa mineral do país é o foco da empresa, que abriu mão de empreendimentos em outras regiões para concentrar esforços no RN. “Vamos trazer a expertise e o investimento da Austrália, mas os empregos serão todos voltados para o Brasil. Este é um trabalho de longo prazo e temos fé que ele tem tudo para ser lucrativo”, concluiu Andrew Roberts, que esteve acompanhado do diretor operacional Júlio Nery e a geóloga Jucieny Barros, responsável pelo projeto.

Além da licença de instalação, o Governo também já fechou acordo, por meio da Companhia de Águas e Esgotos do RN (Caern), para cooperar com o empreendimento. O processo de extração do ouro reaproveitará o esgoto tratado de Currais Novos, com a instalação de uma adutora de 30 km ligando a estação de tratamento da cidade até a mina. O empreendimento também contará com uma política de sustentabilidade, sem a utilização de metais pesados na exploração e beneficiamento do ouro e com a produção de rejeito seco.

O próximo passo da relação entre Governo e Cascar será a assinatura de um protocolo de intenções, que está em fase de finalização. Durante a reunião, o secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Jaime Calado, relatou também o trabalho da gestão estadual para reformular o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (Proadi). “Dentro dos próximos 30 dias vamos apresentar a reformulação do Proadi, com novas alíquotas, incluindo um diferencial de benefício para as empresas que gerarem empregos no interior do estado, dentro da política de desenvolvimento sustentável”, afirmou o secretário.

A reunião ainda contou com a presença da senadora Zenaide Maia, do vice-governador Antenor Roberto, do deputado estadual Francisco do PT, dos secretários-adjuntos do Sílvio Torquato (Desenvolvimento Econômico) e Manoel Assis (Tributação), do diretor presidente da Caern Roberto Sérgio Linhares e do prefeito de Currais Novos Odon Júnior.



AS CONCLUSÕES DA CPI DE BRUMADINHO NO SENADO, QUE PEDE INDICIAMENTO DE 14 PESSOAS POR HOMICÍDIO

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga a tragédia de Brumadinho recomendou, nesta terça-feira (2/7), o indiciamento de 14 pessoas por homicídio por dolo eventual - quando se assume o risco de cometer o crime. Ao menos 246 pessoas morreram.

O relatório final da CPI, que acaba de ser aprovado, será agora encaminhado aos demais órgãos que estão investigando a tragédia de Brumadinho.

Entre os 14 nomes citados no documento, estão 12 funcionários da Vale e dois da empresa de auditoria Tuv Sud. A lista é encabeçada por Fábio Schvartsman, que era presidente da mineradora quando ocorreu a tragédia. O relatório da CPI também recomenda que Vale e Tuv Sud sejam indiciadas por crimes ambientais.

Segundo o relatório do senador Carlos Viana (PSD-MG), foram detectados sinais de que a barragem estava em risco antes do seu rompimento. Além disso, funcionários da Vale teriam interferido na produção de laudos de segurança - que deveriam ser conduzidos por empresas de auditoria independentes. Por último, o documento aponta que gerentes e diretores da Vale estavam cientes dos riscos.

Em 25 de janeiro deste ano, a barragem principal da mina Córrego do Feijão, da Vale, se rompeu, liberando 11,7 milhões de toneladas de rejeito de minério de ferro. A lama atingiu prédios administrativos da mineradora, o refeitório (era hora de almoço), um hotel e parte da zona rural de Brumadinho.

Ouviu testemunhas, analisou provas compartilhadas pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público de Minas Gerais, considerou o inquérito policial conduzido pela Polícia Federal e apreciou elementos encontrados em operações de busca e apreensão. No total, a CPI recebeu mais de 15 mil páginas e centenas de horas de filmagens das câmeras de segurança da barragem.

Até o momento, 246 vítimas foram identificadas e outras 24 continuam desaparecidas - a operação de buscas ainda está em curso. A maior parte era funcionário da Vale - próprios ou terceirizados.

A CPI do Senado é a primeira investigação oficial sobre a tragédia de Brumadinho a chegar a uma conclusão.

Por nota, a Vale disse que "respeitosamente discorda da sugestão de indiciamento de funcionários e executivos da companhia". "A Vale considera fundamental que haja uma conclusão pericial, técnica e científica sobre as causas do rompimento da barragem B1 (a barragem principal, que se rompeu) antes que sejam apontadas responsabilidades", continua.

A Tuv Sud disse que não comentará o relatório, "em respeito às investigações em curso". Falou também que "continua oferecendo sua total cooperação às autoridades e instituições envolvidas na apuração dos fatos".

Provas analisadas apontam problemas prévios. O relatório final chegou a quatro conclusões a respeito do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho.

Primeiro, diz o texto, houve deficiências tanto na construção como no alteamento (ou seja, ampliação) da barragem, especialmente em relação ao sistema de drenagem. Em junho de 2018, quando

ocorreu a revisão periódica da barragem, nem a Vale nem a auditoria contratada encontraram a documentação das obras dos dez alteamentos, todos à montante, ocorridos desde a construção da barragem, em 1976.

Além disso, segundo o relatório da CPI, um consultor contratado pela Vale teria feito duas escavações simples na barragem, em junho de 2018, de onde teria saído água em profusão, "demonstrando que o sistema de drenagem era insuficiente ou não tinha a manutenção adequada".

A segunda conclusão é que, no ano que antecedeu ao rompimento, teriam sido detectados sinais de que havia riscos à estabilidade da barragem. Uma delas teria ocorrido em junho de 2018, quando foi instalado um dreno horizontal profundo, gerando um "grave evento de fraturamento hidráulico".

"No rompimento da barragem, as imagens de vídeo mostram um forte fluxo de água surgindo do mesmo ponto onde ocorreu o fraturamento hidráulico", diz o resumo do relatório apresentado na CPI.

Outro problema é que, a partir de dezembro de 2018, um radar teria detectado "deformação positiva, gradual e constante na barragem".

A terceira conclusão do relatório é que profissionais da Vale interferiram na produção e revisão de laudos de segurança feitos por empresas de auditorias, que deveriam ser independentes. Uma troca de e-mails demonstraria, por exemplo, que uma funcionária da Vale tinha acesso aos relatórios e alterava seu conteúdo, antes que fossem formalmente apresentados à Vale e à Agência Nacional de Mineração.

Por último, o relatório conclui que pessoas que ocupavam altos cargos na Vale estavam cientes dos riscos na barragem de Brumadinho e das medidas que seriam necessárias para aumentar sua segurança.

Uma das provas seria uma troca de e-mails entre gerentes e diretores da Vale, em que a "mensagem inicial destaca a necessidade de haver mais investigação e monitoramento da barragem, além de apontar medidas complementares para reduzir o risco atual".

Culposo ou doloso?

Na sessão da CPI no Senado, houve divergência a respeito do enquadramento dos crimes como doloso ou culposo. "Doloso" é o termo usado quando houve intenção de cometer o crime. Já no crime "culposo" não houve intenção, mas sim negligência, imperícia ou imprudência. As penas são maiores no caso de crimes dolosos.

O relatório inicial, relatado pelo senador Carlos Viana (PSD/MG), recomendava o indiciamento das 14 pessoas físicas por homicídio culposo, lesão corporal culposa, destruição da flora e poluição.

Porém, o senador Jorge Kajuru (PSB-Goiás) deu um voto em separado em favor da alteração de "culposo" para "dolo eventual" - uma categoria específica do "doloso", usada quando se assume o risco de cometer o crime.

"No dolo eventual, o agente aceita e não age para impedir o resultado. No presente caso, restou comprovado que não só os agentes sabiam do risco e não agiram para impedir o resultado, como houve conduta comissiva de alguns deles e tudo isso levou à ocorrência do resultado", declarou Kajuru.

A ideia de Kajuru recebeu apoio da maioria dos senadores presentes. "Eu me inclino ao dolo eventual. Diante do risco que havia, por que não, no mínimo, retirar o refeatório à jusante da barragem, por precaução? Isso não garantiria que o acidente não ocorresse, mas garantiria que não houve perda de vida", defendeu o senador Jaques Wagner (PT-BA).

O relator Carlos Viana rebateu os argumentos em prol da mudança de culposo para doloso, dizendo que não há, no momento, prova técnica que mostre que os envolvidos tinham conhecimento e disseram que não iriam tomar providência - o que configuraria o dolo.

"Nós precisamos transformar nossa indignação em provas testemunhais, técnicas e periciais", disse Viana. "Não temos, nas 15 mil páginas (analisadas pela CPI), uma mensagem sequer que nos traga tecnicamente uma prova que diga que eles de fato assumiram esse risco com a consciência de risco iminente. Não há".

"Nós muitas vezes levantamos discursos de polvorosa, mas lá na frente os resultados (judiciais) são pífios. Quando analisado por um magistrado, na letra fria da lei, não leva a condenação. Isso gera na população brasileira uma sensação profunda de impunidade", argumentou Viana.

"Precisamos apresentar à Justiça um relatório que tenha um embasamento de fato dentro do lapso de tempo que investigamos. Isso significa que, lá na frente, (os acusados) não poderão ser indiciados por homicídio doloso? Não, porque a Polícia Federal, a Polícia Civil, o Ministério Público continuam fazendo investigações e podem aparecer novas provas", concluiu.

Mesmo assim, o relator acatou o pedido de alteração para crime por dolo eventual.

Recomendações sobre a fiscalização de barragens

O relatório da CPI do Senado ainda apresentou recomendações sobre a regulação e fiscalização de barragens.

O ponto principal é o fortalecimento da Agência Nacional de Mineração. Segundo o documento, o Tribunal de Contas da União já havia apontado que a agência tem limitações financeiras, quadro técnico deficitário, insuficiente capacitação do corpo técnico e altíssima exposição à fraude e corrupção.

Para mudar esse cenário, a CPI do Senado recomenda, entre outros, que seja estabelecida uma rotina de fiscalizações das barragens in loco, que seja obrigatório ter instrumentos de medição automáticos e um sistema informatizado com a emissão de alertas automáticos.

Além disso, o relatório apresenta projetos de lei para aumentar a segurança de barragens, alterar a tributação da mineração e modificar leis a respeito de crimes ambientais.

Com relação à segurança de barragens, o projeto proposto proíbe a criação de novas barragens de rejeitos de mineração e industriais e determina que as que já existem sejam desativadas em um prazo máximo de dez anos.

Fonte: BBC

Autora: Amanda Rossi

Data: 02/07/2019

MINERADORA INVESTIRÁ R\$ 500 MILHÕES EM LÍTIO NO VALE DO JEQUITINHONHA

Minas Gerais vai entrar na rota do combustível do futuro: o lítio. Até setembro do ano que vem, a Sigma Mineração vai investir R\$ 500 milhões em uma planta localizada em Itinga, no Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do Estado, gerando pelo menos 500 empregos na primeira fase do projeto, que já nasce com previsão de ter a produção dobrada no médio prazo. Do montante, R\$ 120 milhões já foram aportados em prospecção do mineral, iniciada em 2012. E as pesquisas foram consideradas um sucesso.

A companhia detém uma área de 18 mil hectares em Itinga e Araçuaí, onde há nove minas, todas desativadas. Uma sonda foi passada em quatro delas e os resultados foram melhores do que os esperados. “Já temos as licenças Prévia e de Instalação. Esperamos receber a Licença de Operação assim que as obras forem concluídas e a planta entrar em funcionamento, em setembro de 2020”, afirma o presidente da companhia, Itamar Resende.

Considerado o petróleo do futuro, o lítio é utilizado na produção de baterias de carros e ônibus elétricos, além de baterias para telefones celulares e tablets. O mineral encontrado no Vale do Jequitinhonha seria suficiente para abastecer o Brasil. No entanto, o país não possui tecnologia, ou interessados, para fabricar os produtos.

Na avaliação do executivo, a expectativa é a de que após a instalação da planta outras empresas do setor migrem para a região, aumentando a geração de empregos no Vale do Jequitinhonha.

“O Brasil tem um mercado muito grande e, sem dúvida, será um grande consumidor de lítio. Estamos dando aqui um grande passo para que isso aconteça. A instalação da planta vai garantir matéria prima em boas quantidade e qualidade para atrair futuros investidores. Sem matéria prima, ninguém vem. Vamos dar o primeiro passo”, diz

Mercado, de acordo com ele, não vai faltar. Afinal, o Brasil possui uma das maiores frotas de ônibus do mundo. “Hoje, o mercado principal para uso do lítio, sem dúvida, é a China, que será o nosso maior foco. É na China que está concentrado o desenvolvimento da cadeia do lítio. Devemos, também, fornecer para EUA e Europa”, afirma o presidente.

A qualidade do material encontrado no local chama a atenção. Minerado com teor de 1,47%, índice que chega a 6% após o beneficiamento, considerado um dos melhores do mundo.

Anualmente, a previsão é extrair 220 mil toneladas de lítio por ano na primeira fase do projeto. Na segunda etapa, ainda sem data para começar, a empresa pretende dobrar a produção para 440 mil toneladas anuais.

“E todo o beneficiamento será a seco, sem barragem, em operação chamada de ‘empilhamento a seco’”, explica o presidente. Além disso, ele afirma que 90% da água utilizada na planta será de reuso.

Municípios terão injeção de R\$ 265 mi e geração de 500 empregos

Prefeitos de Itinga e Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, estão otimistas com os impactos positivos da planta de lítio da Sigma Mineração nas cidades, localizadas no Vale do Jequitinhonha. Além da geração de 500 postos diretos de trabalho, a companhia deve pagar cerca de R\$ 265 milhões em Compensação

Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), também conhecido como royalties da mineração, nos primeiros 14 anos de atuação. A expectativa é a de 75% dos empregados sejam da região.

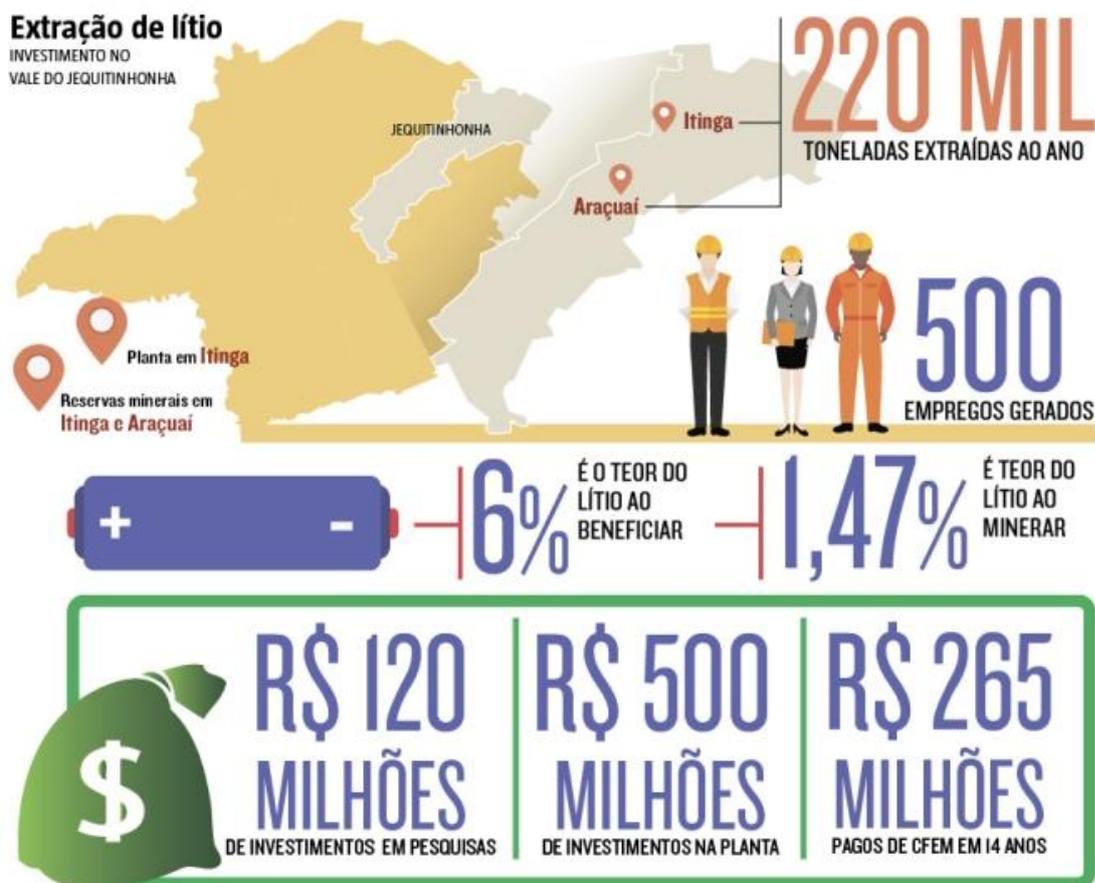
Os empregos indiretos também devem ser levados em consideração, conforme afirma o prefeito de Araçuaí, Armando Jardim Paixão (PT). Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), a cada emprego direto gerado na mineração outros 11 indiretos são criados em outros segmentos, culminando em 5 mil postos.

“Hotéis, restaurantes, fornecedores de uniformes, tudo isso é movimentado pela instalação da planta”, afirma o prefeito da cidade de 37 mil habitantes, cuja economia é movimentada principalmente pelos profissionais liberais e agricultores familiares.

Ele afirma que ainda não há sondagens para a instalação dessas novas empresas na região, mas acredita que no curto prazo a prefeitura comece a receber interessados. Vale ressaltar que embora a planta fique em Itinga, localizada a 40 km de Araçuaí, a previsão é a de que moradores das duas cidades sejam empregados no local.

“Pessoal interessado em trabalhar a região tem, mas a empresa terá que investir em capacitação da mão de obra. Também temos que lembrar que muita gente qualificada que é daqui foi trabalhar fora. Sabemos que essas pessoas voltarão se tiverem oportunidade”, pondera o prefeito de Itinga, Adhemar Marcos Filho (PSDB).

De acordo com o presidente da Sigma, Itamar Resende, 75% dos empregados serão da região. “Só vamos levar de fora cargos muito específicos, que não forem encontrados no Vale do Jequitinhonha”, diz.



Fonte: Hoje em Dia

Autora: Tatiana Moraes

Data: 28/06/2019



SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL DISCUTE DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE GEOFÍSICA E MODELAGEM GEOLÓGICA DE URÂNIO PARA INB

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) pode iniciar ainda em 2019 projeto envolvendo geofísica terrestre e modelagem geológica a pedido da Indústrias Nucleares do Brasil (INB). As tratativas foram discutidas durante a visita da comitiva da CPRM ao Complexo Lagoa Real da INB em Caetité, nos dias 26 e 27/06, na Bahia. Participaram do encontro o diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM, José Leonardo Andriotti, o chefe do Departamento de Recursos Minerais da CPRM Marcelo Almeida e os pesquisadores da CPRM João Batista Andrade e Ricardo Wosniak.

Segundo o diretor José Leonardo Andriotti, a primeira ação proposta terá duração de 18 meses, incluindo detalhamento geofísico terrestre de alvos uraníferos e modelagem geológica. “A proposta de trabalho envolvendo as duas estatais foi discutida e a expectativa é que ações possam ter início ainda neste ano”, afirmou.

A mina de Caetité, aberta pela INB na Bahia, está desativada desde 2014, exigindo que o Brasil importe a matéria-prima necessária para abastecer as usinas nucleares de Angra. A INB foi criada em 1988 para desenvolver todo o ciclo de produção do combustível nuclear. O Brasil é um dos 12 países que dominam a tecnologia ultracentrifugação para enriquecimento de urânio. O país também possui em Resende fábrica de combustíveis nucleares. Em Caetité, as reservas de urânio ocupam 1,7 mil hectares, tendo sido já identificados 38 alvos do minério.

Fonte: CPRM

Autora: Janis Morais

Data: 01/07/2019